

**O SEU VOTO FAZ A DIFERENÇA!**



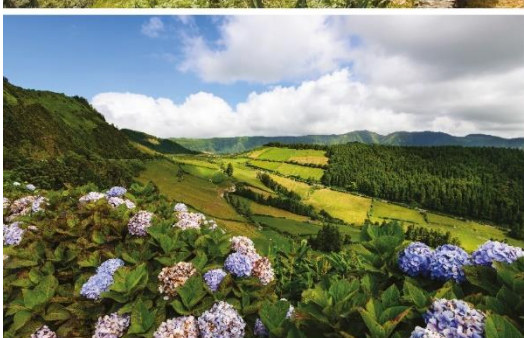
**ELEIÇÃO**

**Assembleia Legislativa da  
Região Autónoma dos Açores**



› 4 DE FEVEREIRO DE  
2024

› **CADERNO  
DE ESCLARECIMENTOS  
DIA DO VOTO EM MOBILIDADE**





## INTRODUÇÃO

O presente caderno contém esclarecimentos e orientações da Comissão Nacional de Eleições (CNE) relativamente a aspetos relacionados com o dia do voto em mobilidade.

A votação é a fase do processo eleitoral conducente à concretização do direito de voto dos cidadãos eleitores, sendo de primordial importância conhecer as regras basilares a observar antes e no decorrer das operações de votação para que aquele direito possa ser exercido de forma livre, esclarecida e responsável.

O caderno tem como destinatários os intervenientes ativos nas operações eleitorais, nomeadamente os membros das mesas de voto, os delegados das listas e, de uma forma geral, os órgãos da administração eleitoral.

### Legislação aplicável

- Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (LEALRAA) - Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto<sup>1</sup>;

Quando não se faça menção expressa do diploma legal, todas as disposições invocadas referem-se à Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

---

<sup>1</sup> Com as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas: Leis n.ºs 28/82, de 15 de novembro, e 72/93, de 30 de novembro, e Leis Orgânicas n.ºs 2/2000, de 14 de julho (Declaração de Retificação n.º 9/2000, de 2 de setembro), 2/2001, de 25 de agosto, 5/2006, de 31 de agosto, 2/2012, de 14 de junho, 3/2015, de 12 de fevereiro, 4/2015, de 16 de março, e 1-B/2020, de 21 de agosto. V. Acórdão TC n.º 24/2022, DR - 1.ª série - 4 de fevereiro de 2022.

---

<b>1. MEMBROS DE MESA</b>	04
<hr/>	
<b>2. DELEGADOS DAS LISTAS</b>	08
<hr/>	
<b>3. DISPOSIÇÃO DAS CÂMARAS DE VOTO</b>	09
<hr/>	
<b>4. VOTAÇÃO</b>	10
<hr/>	
<b>5. VOTO ACOMPANHADO: VOTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA</b>	10
<hr/>	
<b>6. PRIORIDADE NAS FILAS PARA VOTAR</b>	11
<hr/>	
<b>7. PROIBIÇÃO DA PRESENÇA DE NÃO ELEITORES</b>	12
<hr/>	
<b>8. PROPAGANDA NO DIA DO VOTO EM MOBILIDADE</b>	12
<hr/>	
<b>9. FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO DO SUFRÁGIO</b>	13
<hr/>	
<b>10. DÚVIDAS, PROTESTOS, CONTRAPROTESTOS E RECLAMAÇÕES</b>	13
<hr/>	
<b>11. MODELOS DE PROTESTOS E RECLAMAÇÕES</b>	15
<hr/>	
<b>12. CONTACTOS DA COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES</b>	18

## 1. MEMBROS DE MESA

### Funções

Compete aos membros de mesa promover e dirigir as operações de votação.

(artigo 45.º, n.º 1)

### Constituição e abertura das mesas

São constituídas as seguintes mesas de voto antecipado em mobilidade:

- No território do continente são constituídas dezoito mesas de voto, a funcionar uma em cada Câmara Municipal da sede do distrito;
- Na Região Autónoma dos Açores, dezanove mesas, a funcionar uma em cada concelho, na respetiva Câmara Municipal;
- Na Região Autónoma da Madeira, duas mesas, a funcionar uma na Câmara Municipal do Funchal e outra na Câmara Municipal do Porto Santo.

(artigo 45.º-A, n.º 1)

**Os membros das mesas devem comparecer no local do seu funcionamento uma hora antes da marcada para o início das operações eleitorais**, a fim de que estas possam começar à hora fixada.

(artigo 49.º, n.º 3)

As mesas das assembleias de voto reúnem-se e constituem-se, no local que tiver sido determinado, às 8 horas da manhã do dia marcado para a votação em mobilidade.

(artigos 42.º e 49.º n.º 1)

Na **abertura das operações de votação**, o presidente procede com os restantes membros e os delegados das candidaturas à revista da câmara de voto e dos documentos de trabalho da mesa e exhibe a urna perante os eleitores presentes.

(artigo 88.º, n.º 1)

## NOTA

A votação que decorre no dia do voto em mobilidade não reclama a utilização de urnas, no entanto, entende a Comissão, que sempre que possível, devem ser utilizadas urnas de voto, preferencialmente seladas.

Quando tal seja de todo inviável, pode ser utilizado qualquer recipiente que tenha condições de acolher o material eleitoral e garantir a sua preservação. Na verdade, o que se condiciona no recipiente são os sobrescritos fechados contendo boletins de voto o que, por si só, garante o segredo de voto.

Concluídas todas as operações acima descritas, são então admitidos a votar os eleitores presentes que, para o efeito, devem dispor-se em fila enquanto aguardam a sua vez para votar.

(artigo 90.º, n.º 1)

## Substituição dos membros faltosos

A substituição dos membros de mesa faltosos no dia do voto em mobilidade pode ocorrer em duas situações distintas:

**1.º - Se uma hora após a hora marcada para abertura da assembleia de voto não tiver sido possível constituir a mesa**, por não estarem presentes os membros indispensáveis ao seu funcionamento, compete ao **presidente da câmara municipal** proceder à designação mediante acordo dos delegados das candidaturas presentes, de entre qualquer eleitor recenseado na área do seu município;

**2.º - Depois de constituída a mesa**, esta não pode ser alterada, salvo caso de força maior (ausência ou impedimento de membros que impeçam o seu funcionamento por prazo não razoável), **competindo ao presidente da mesa** substituir os membros em falta por qualquer eleitor, **mediante acordo da maioria dos restantes membros e dos delegados presentes**, de preferência por eleitor afeto à área da candidatura correspondente à do membro faltoso. Da alteração e dos seus fundamentos é dada conta através de edital, afixado à porta do edifício em que estiver reunida a mesa de voto.

(artigo 50.º, n.º 1)

Os delegados das candidaturas não podem substituir membros da mesa faltosos.

(artigo 51.º, n.º 2)

Durante a votação, as funções dos membros das mesas são:

- Assegurar a liberdade dos eleitores, de forma a garantir que o exercício do direito de sufrágio por parte de cada cidadão não é restringido ou influenciado sob o ponto de vista físico e intelectual;
- Manter a ordem e o regular funcionamento da assembleia e o acesso dos cidadãos à mesma de modo a que não existam perturbações no decurso da votação;  
(artigo 93.º)
- Reconhecer a identidade dos eleitores e verificar se o cidadão consta da relação nominal dos eleitores que optaram por votar em mobilidade;  
(artigo 77.º-A, n.ºs 6 e 8)
- O presidente da mesa entrega ao eleitor o boletim de voto e dois sobrescritos, um de cor branca e outro de cor azul;  
(artigo 77.º-A, n.º 10)
- Após votar, o presidente da mesa entrega ao eleitor uma vinheta como comprovativo do exercício do direito de voto;  
(artigo 77.º-A, n.º 14)
- Os escrutinadores procedem à descarga do voto, na relação nominal dos eleitores, e rubricam as respetivas folhas na linha destinada a cada eleitor;  
(artigos 77.º-A, n.º 6 e 98.º, n.º 5)
- Deliberar sobre as reclamações, protestos e contraprotostos que sejam apresentados, rubricá-los e apensá-los à ata das operações eleitorais;  
(artigos 77.º-A, n.º 16 e 101.º, n.ºs 2, 3 e 4)
- Elaborar a ata das operações eleitorais (secretário), destinada à assembleia de apuramento geral, remetendo-a ao respetivo presidente da câmara municipal.  
(artigos 77.º-A, n.º 15 e 107.º, n.º 1)

O material eleitoral fica à guarda da Câmara Municipal onde se realizou a votação em mobilidade até ser recolhido no dia seguinte pelas forças de segurança, a quem compete entregar os sobrescritos azuis (que contêm os boletins de voto) aos presidentes das câmaras municipais em cujas áreas os eleitores estão recenseados, os quais providenciam pela sua remessa às juntas de freguesia correspondentes.

A junta de freguesia, por seu turno, deve remeter aquela documentação aos presidentes das mesas de voto até às 8 horas do dia da eleição.

(artigo 77.º-A, n.ºs 17 e 18)

## NOTA

Sob pena de invalidade das operações eleitorais, em cada momento é necessária a presença do presidente (ou do seu suplente) e a de, pelo menos, dois vogais.

(artigo 50.º, n.º 2)

## Direitos

Os membros das mesas têm **direito à dispensa do dever de comparência ao respetivo emprego ou serviço no dia do voto em mobilidade e no dia seguinte**, sem prejuízo de todos os seus direitos e regalias resultantes do regime jurídico aplicável à sua atividade profissional, devendo para o efeito fazer prova dessa qualidade.

(artigo 49.º, n.º 5)

É o carácter obrigatório do exercício das funções de membro de mesa que justifica as regalias legalmente concedidas, entre as quais se inclui, desde logo, o direito à retribuição efetiva.

A dispensa do trabalho, quando efetivamente utilizada, não prejudica o direito à retribuição, aqui se compreendendo todas as suas componentes e regalias inerentes à prestação efetiva do trabalho (como por ex. o subsídio de almoço).

Este regime tem aplicação em qualquer tipo de relação laboral – pública ou privada – e vincula a entidade patronal, não podendo esta recusar a sua efetivação, nem de algum modo prejudicar com a privação de quaisquer regalias ou com a ameaça de uma qualquer sanção.

Aos membros de mesa é atribuída uma gratificação isenta de tributação, prevista no artigo 9.º da Lei n.º 22/99, de 21 de abril.

## 2. DELEGADOS DAS LISTAS

Podem ser designados delegados os eleitores que não estejam inscritos no recenseamento eleitoral do município onde devam exercer funções.

(artigo 46.º, n.º 2)

### Funções

A função primordial do delegado é acompanhar e fiscalizar as operações de votação, cabendo-lhe, em geral, assegurar a observância da lei eleitoral, velar pela transparência do processo e pela defesa da legalidade tendo, como qualquer cidadão, o dever de colaborar com a administração eleitoral.

(artigo 47.º, n.º 2)

Os delegados têm, os seguintes **poderes**:

- Ocupar os lugares mais próximos da mesa, de modo a poderem fiscalizar todas as operações de votação;
- Consultar a todo o momento as listas com a relação nominal dos eleitores inscritos para o voto em mobilidade utilizadas pela mesa da assembleia de voto;
- Ser ouvidos e esclarecidos acerca de todas as questões suscitadas durante o funcionamento da mesa de voto;
- Apresentar, oralmente ou por escrito, reclamações, protestos ou contraprotestos relativos às operações de voto;
- Assinar a ata e rubricar, selar e lacrar todos os documentos respeitantes às operações de voto;
- Obter certidões das operações de votação.

(artigo 51.º, n.º 1)

Na **abertura das operações de votação**, os delegados podem proceder, com o presidente da mesa e restantes membros, à revista da câmara de voto e dos documentos de trabalho da mesa e, ainda, assistir à exibição da urna.

(artigo 88.º, n.º 1)



Os delegados têm ainda o direito de suscitar dúvidas e apresentar por escrito reclamação, protesto ou contraprotesto relativos às operações eleitorais da assembleia de voto.

(artigo 101.º, n.º 1)

Os delegados, no exercício das suas funções, não podem exhibir elementos de propaganda (símbolos, siglas, sinais, distintivos ou autocolantes de quaisquer candidaturas) que possam violar o disposto no artigo 94.º.

Não pode ser impedida a entrada e a saída em assembleia de voto de qualquer delegado, nem praticada qualquer oposição ao exercício dos poderes de fiscalização que lhe são conferidos, sob pena de poder ser cometido o crime previsto e punido pelo artigo 153.º.

#### **NOTA**

Os delegados acompanham todas as fases dos trabalhos.

(Deliberação da CNE de 15-06-2021).

#### **Direitos**

Os delegados das listas têm direito à dispensa do dever de comparência à sua atividade profissional no dia da eleição e no dia seguinte, sem prejuízo de todos os seus direitos e regalias, incluindo o direito à retribuição, devendo para o efeito fazer prova bastante dessa qualidade.

(artigo 49.º, n.º 5 por remissão do n.º 2 do artigo 52.º)

### **3. DISPOSIÇÃO DAS CÂMARAS DE VOTO**

Os membros das mesas devem, ainda antes de declarar iniciadas as operações eleitorais, garantir que a disposição da mesa e das câmaras de voto é, sobretudo, adequada a preservar o segredo de voto dos eleitores. Deste modo e se for necessário à prossecução de tal objetivo, é admissível que os eleitores fiquem fora do ângulo de visão da mesa e delegados.

(Ata n.º 250/CNE/XIV, de 08-03-2016)

## 4. VOTAÇÃO

O eleitor dirige-se à mesa de voto por si escolhida, identifica-se mediante apresentação do seu documento de identificação civil e indica a sua freguesia de inscrição no recenseamento.

(artigo 77.º-A, n.º 8)

Se não tiver o bilhete de identidade ou o cartão de cidadão, o eleitor pode identificar-se com qualquer outro documento oficial que contenha fotografia atualizada, por dois cidadãos eleitores que atestem a sua identidade mediante compromisso de honra ou, ainda, por reconhecimento unânime dos membros de mesa.

(artigo 98.º, n.ºs 1 e 2)

### NOTAS

#### **Retenção do documento de identificação pela mesa enquanto o eleitor vota:**

A entrega do documento de identificação ao presidente da mesa e a sua exibição durante a votação encontra respaldo nas leis eleitorais – e em última análise, no dever de colaboração dos cidadãos com a administração eleitoral.

Deste modo, a proibição de conservar ou reter o documento de identificação, dirigida a qualquer entidade pública ou privada, embora prevista na Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, está excecionada pelas diversas leis eleitorais.  
(Deliberação da CNE de 29-10-2019)

#### **Identificação do eleitor através do uso de aplicação digital:**

As leis eleitorais não preveem a possibilidade de identificação do eleitor através de aplicações digitais.

Afigura-se, porém, que se a operação de acesso ao documento de identificação for verificável pela mesa, atestando que se trata de uma imagem autêntica e certificada de um documento de identificação, não repugna admitir que o eleitor se identifique desta forma.  
(Deliberação da CNE de 11-06-2019)

## 5. VOTO ACOMPANHADO: VOTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Excecionalmente, os cidadãos eleitores afetados por **doença ou deficiência física** notórias que a mesa verifique não poderem praticar os atos materiais inerentes ao exercício pessoal do direito de sufrágio podem votar acompanhados de outro eleitor por si escolhido, que garanta a fidelidade de expressão do seu voto e que fica obrigado a absoluto sigilo.

(artigo 99.º, n.º 1)

Se a mesa deliberar que não se verifica a notoriedade da doença ou da deficiência física, pode solicitar que lhe seja apresentado, no ato da votação, atestado comprovativo da impossibilidade de o eleitor votar sozinho, emitido pelo delegado de saúde municipal ou seu substituto legal, autenticado com o selo do respetivo serviço.

(artigo 99.º, n.º 2)

Sem prejuízo da decisão da mesa sobre a admissibilidade do voto, qualquer dos respetivos membros ou dos delegados das candidaturas pode lavrar protesto, que ficará registado em ata, com indicação do número do documento de identificação civil dos cidadãos envolvidos, podendo se for o caso, ser-lhe anexado o certificado ou atestado médico referido.

(artigo 99.º, n.º 4)

O facto de o eleitor invocar simplesmente que não sabe ler ou escrever ou que é idoso não constitui fundamento para o exercício do voto acompanhado. Mesmo tratando-se de idoso com dificuldade de locomoção ou outra que não impeça a permanência na câmara de voto pelo tempo necessário à expressão da sua opção e à dobragem do boletim, ele pode ser acompanhado até à câmara, de preferência por um membro da mesa sob fiscalização de delegados, e pode ser auxiliado a preparar o ato de votação, devendo o acompanhante retirar-se para que, sozinho, o eleitor materialize a sua opção e dobre o boletim.

Nos casos, especiais, em que o eleitor deficiente pode executar os atos necessários à votação, mas não pode aceder à câmara de voto - por se deslocar em cadeira de rodas, por se apresentar de maca, etc. - deve a mesa permitir que vote, sozinho, fora da câmara de voto, mas em local - dentro da secção de voto e à vista da mesa e delegados - em que seja rigorosamente preservado o segredo de voto.

Nestes casos os acompanhantes devem limitar-se a conduzir o eleitor até ao local de voto e depois de ele ter recebido o boletim de voto devem deixá-lo, sozinho, praticar os atos de votação, podendo, finalmente, levá-lo até à mesa para que ele proceda à entrega do boletim ao presidente.

Não é legalmente permitida a deslocação da urna ou qualquer outra forma que consubstancie o exercício do direito de voto fora da assembleia de voto.

## **6. PRIORIDADE NAS FILAS PARA VOTAR**

As pessoas com deficiência ou incapacidade, idosas, grávidas e pessoas acompanhadas de crianças de colo devem ser atendidas com prioridade sobre os demais eleitores.  
(Deliberação da CNE da 24-07-2018)

## 7. PROIBIÇÃO DA PRESENÇA DE NÃO ELEITORES

É proibida a presença dos cidadãos nos locais onde funcionam as mesas de voto em mobilidade em que não possam votar, salvo se se tratar de candidatos e mandatários ou delegados das candidaturas.

(artigo 95.º, n.º 1)

Aos agentes dos órgãos de comunicação social é permitido recolher imagens apenas durante as operações de votação.

(artigo 95.º, n.º 2)

### NOTA

#### Eleitores que se apresentam a votar acompanhados de menores:

Se um eleitor se deslocar a uma assembleia de voto, acompanhado de uma criança ou jovem não eleitor, especialmente de uma criança que não tem autonomia para ficar no exterior daquela sala, não pode o referido eleitor ser impedido de exercer o seu direito de voto, nessas circunstâncias.

Na verdade, quando a lei determina que o eleitor vota sozinho tem como razão de ser a de impedir que os eleitores votem na presença de alguém que possa exercer influência, o que não será o caso.

Quanto ao segredo de voto, cabe a cada um dos cidadãos eleitores agir de modo a não revelar ou dar conhecimento a terceiro o seu sentido de voto.

(Deliberação da CNE de 19-04-2016)

## 8. PROPAGANDA NO DIA DO VOTO EM MOBILIDADE

A atividade de propaganda não é proibida em dia de votação em mobilidade, mas deve reafirmar-se a aplicação da norma que proíbe a propaganda dentro das assembleias de voto e, nas suas imediações, aquela que seja visível da assembleia de voto (neste último caso apenas no sentido de não ser permitida a atividade, mantendo-se, porém, a que estiver afixada).

(Deliberação da CNE de 29-09-2020)

## 9. FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO DO SUFRÁGIO

Os responsáveis pelos serviços e pelas empresas que tenham de se manter em atividade no dia do voto em mobilidade devem facilitar aos respetivos funcionários e trabalhadores dispensa do serviço pelo tempo suficiente para que possam votar.

(artigo 83.º, n.º 2)

## 10. DÚVIDAS, PROTESTOS, CONTRAPROTESTOS E RECLAMAÇÕES

Qualquer eleitor inscrito para votar em mobilidade e qualquer delegado das candidaturas pode suscitar dúvidas e apresentar por escrito reclamação, protesto ou contraprotesto relativos às operações de votação e instruí-los com os documentos convenientes.

(artigo 101.º, n.º 1)

Os delegados das candidaturas têm, ainda, direito a ser ouvidos e esclarecidos acerca de todas as questões suscitadas durante o funcionamento da mesa e a apresentar, oralmente ou por escrito, reclamações, protestos ou contraprotestos relativamente às operações eleitorais.

(artigo 51.º, n.º 1, alíneas c) e d))

A mesa não pode negar-se a receber as reclamações, os protestos e contraprotestos, os quais têm de ser objeto de deliberação, devendo, ainda, ser rubricados e apensados à ata das operações eleitorais.

(artigo 101.º, n.º 2)

As deliberações da mesa são tomadas por maioria absoluta dos membros presentes e fundamentadas, tendo o presidente voto de desempate.

(artigo 101.º, n.º 4)

Constitui pressuposto do recurso contencioso para o Tribunal Constitucional a apresentação de reclamação ou protesto, relativamente às irregularidades alegadamente cometidas, no ato em que se verificaram.

(artigo 120.º, n.º 1)

Disponibilizam-se, em anexo, “Modelos de Protestos e Reclamações” relativos às operações de votação, que poderão ser utilizados no dia do voto em mobilidade.

Dos “Modelos de Protestos ou Reclamações” constam as várias situações que constituem motivo para a sua apresentação e, ainda, um campo para observações ou para protestar por outros motivos para além dos assinalados nos modelos.

Os modelos referidos encontram-se disponíveis no sítio da CNE na *Internet*, em

<https://www.cne.pt/content/eleicao-para-assembleia-legislativa-da-regiao-autonoma-dos-aco-2024>.

## **11. MODELOS DE PROTESTOS E RECLAMAÇÕES**

# **MODELOS DE PROTESTOS E RECLAMAÇÕES**

OPERAÇÕES DE VOTAÇÃO

*MODELO N.º 1*



## Reclamação / Protesto

N.º \_\_\_\_\_

Modelo n.º 1 / VOTAÇÃO

<b>A utilização do presente modelo para efeito de apresentação de protesto/reclamação é facultativa. A apresentação de protesto/reclamação não está legalmente condicionada à utilização do presente modelo nem se limita aos motivos nele indicados.</b>		
<b>1. Identificação do reclamante</b>		
Nome: _____		
N.º de identificação civil: _____		
Residência: _____		
Telefone: _____	Correio eletrónico: _____	
<b>2. Identificação da assembleia de voto</b>		
Distrito/Região Autónoma: _____	Concelho: _____	
Freguesia: _____	Assembleia de voto/Secção de voto: _____	
<b>3. Motivos da reclamação ou protesto ( assinalar a opção ou opções pretendidas)</b>		
<b>Secção de voto</b>	<b>Delegado</b>	
- Constituição da assembleia/secção de voto/mesa de voto antes da hora estabelecida na lei <input type="checkbox"/>	- Impedido de ocupar lugar que permita fiscalizar as operações de votação <input type="checkbox"/>	
- Constituição da assembleia/secção de voto/mesa de voto em local diverso do determinado <input type="checkbox"/>	- Falta de audição e esclarecimento sobre questões suscitadas durante a votação <input type="checkbox"/>	
- Não constituição da assembleia/secção de voto/mesa de voto sem que existisse impedimento <input type="checkbox"/>	- Impedido de assinar a ata e de rubricar os documentos <input type="checkbox"/>	
- Votação sem mesa legalmente constituída <input type="checkbox"/>	- Recusa de emissão de certidão sobre as operações de votação <input type="checkbox"/>	
- Funcionamento da mesa sem o número mínimo legal de membros <input type="checkbox"/>	<b>Votação</b>	
- Interrupção do funcionamento da mesa <input type="checkbox"/>	- Recusa de voto acompanhado a eleitor com doença ou deficiência física notórias <input type="checkbox"/>	
- Presença de não eleitores no interior da assembleia/secção de voto <input type="checkbox"/>	- Deslocação da uma e/ou dos membros da mesa para fora da assembleia ou secção de voto <input type="checkbox"/>	
- Admissão na assembleia/secção de voto de cidadão embriagado/drogado/armado <input type="checkbox"/>	- Admissão de eleitor a votar acompanhado fora das situações previstas na lei <input type="checkbox"/>	
- Transporte especial de eleitores com:	- Admissão a votar de eleitor não inscrito nos cadernos eleitorais <input type="checkbox"/>	
a) inobservância dos deveres de neutralidade e de imparcialidade <input type="checkbox"/>	- Descarga em eleitor que não votou <input type="checkbox"/>	
b) realização de atos de propaganda eleitoral <input type="checkbox"/>	- Admissão da entrada de eleitores para votar na assembleia/secção de voto após o encerramento da votação <input type="checkbox"/>	
c) pressão sobre o eleitor no sentido de votar, abster-se de votar ou sobre o sentido de voto <input type="checkbox"/>	<b>Propaganda</b>	
<b>Câmara de voto e documentos da mesa</b>	- Propaganda política e eleitoral na assembleia/secção de voto ou fora dela até à distância prevista na lei <input type="checkbox"/>	
- Falta de revista da câmara de voto e dos documentos de trabalho da mesa <input type="checkbox"/>		
<b>Urna</b>		
- Não exibição da urna na abertura da votação <input type="checkbox"/>		
<b>4. Observações/outros motivos</b>		
Data	Hora	Assinatura
Preenchimento reservado ao presidente da mesa da assembleia ou secção de voto (ou ao substituto)		
Assinatura		
N.º de identificação civil: _____		

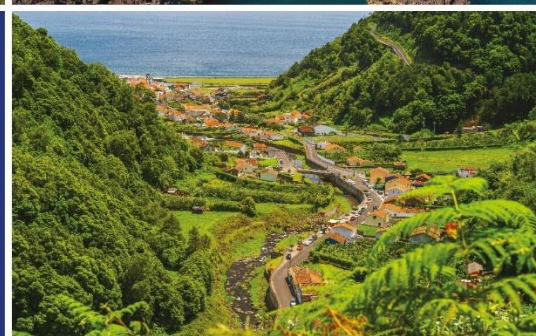


<b>Fundamento legal dos motivos da reclamação ou protesto</b>					
<b>Motivo da reclamação ou protesto</b>	<b>Eleição</b>				
	<b>Presidente da República</b>	<b>Assembleia da República/Parlamento Europeu</b>	<b>Assembleia Legislativa da Região Autónoma</b>		<b>Órgãos das Autarquias Locais</b>
			<b>Açores</b>	<b>Madeira</b>	
<b>artigos</b>	<b>artigos</b>	<b>artigos</b>	<b>artigos</b>	<b>artigos</b>	
<b>Secção de voto</b>					
Constituição da assembleia/secção de voto/mesa de voto antes da hora estabelecida na lei	12.º n.º 3, 32.º e 39.º n.º 1	41.º e 48.º n.º 1	42.º e 49.º n.º 1	44.º e 51.º	82.º e 105.º n.º 1
Constituição da assembleia/secção de voto/mesa em local diverso do determinado	39.º n.º 1	48.º n.º 1	49.º n.º 1	51.º n.º 1	82.º n.º 1
Não constituição da assembleia/secção de voto/mesa de voto sem que existisse impedimento	39.º e 40.º	48.º n.º 1, 2 e 3 e 49.º	49.º e 50.º	51.º e 52.º	82.º, 84.º e 85.º
Votação sem mesa legalmente constituída	39.º n.º 1, 40.º e 81.º n.º 1	48.º n.º 1, 49.º e 90.º n.º 1	50.º n.º 2 e 91.º n.º 1	52.º n.º 2 e 97.º n.º 1	82.º n.º 1, 84.º, 85.º e 106.º
Funcionamento da mesa sem o número mínimo legal de membros	40.º n.º 2	49.º n.º 2	50.º n.º 2	52.º n.º 2	85.º
Interrupção do funcionamento da mesa	79.º	89.º n.º 1	91.º n.º 1	95.º	105.º n.º 1 e 108.º
Presença de não eleitores no interior da assembleia/secção de voto	84.º	93.º	95.º	100.º	125.º
Admissão na assembleia/secção de voto de cidadão embriagado/drogado/armado	82.º n.º 2	91.º n.º 2	93.º n.º 2	98.º n.º 2	122.º n.º 2
<b>Transporte especial de eleitores com:</b>					
a) inobservância do deveres de neutralidade e de imparcialidade	47.º	57.º	59.º	60.º	41.º
b) realização de atos de propaganda eleitoral	129.º e 139.º	141.º	143.º	147.º	177.º
c) pressão sobre o eleitor no sentido de votar, abster-se de votar ou sobre o sentido de voto	140.º	151.º e 152.º	84.º e 148.º n.º 1	152.º e 153.º	180.º e 185.º
<b>Câmara de voto e documentos da mesa</b>					
Falta de revista da câmara de voto e dos documentos de trabalho da mesa	77.º n.º 1	86.º n.º 1	88.º n.º 1	92.º n.º 1	105.º n.º 2
<b>Uma</b>					
Não exibição na abertura da votação	77.º n.º 1	86.º n.º 1	88.º n.º 1	92.º n.º 1	105.º n.º 2
<b>Delegado</b>					
Impedido de ocupação de lugar que permita fiscalizar as operações de votação	41.º n.º 1 a)	50.º n.º 1 a)	51.º n.º 1 a)	53.º n.º 1 a)	88.º n.º 1 a)
Falta de audição e esclarecimento sobre questões suscitadas durante a votação	41.º n.º 1 c)	50.º n.º 1 c)	51.º n.º 1 c)	53.º n.º 1 b)	88.º n.º 1 c)
Impedido de assinar a ata e de rubricar os documentos	41.º n.º 1 e)	50.º n.º 1 e)	51.º n.º 1 e)	53.º n.º 1 c)	88.º n.º 1 e)
Recusa de emissão de certidão sobre as operações de votação	41.º n.º 1 f)	50.º n.º 1 f)	51.º n.º 1 f)	53.º n.º 1 f)	88.º n.º 1 f)
<b>Votação</b>					
Recusa de voto acompanhado a eleitor com doença ou deficiência física notórias	74.º n.º 1	97.º n.º 1	99.º n.º 1	88.º n.º 1	116.º n.º 1
Deslocação da uma e/ou dos membros da mesa para fora da assembleia/secção de voto	87.º	96.º	98.º	103.º	115.º
Admissão de eleitor a votar acompanhado fora das situações previstas na lei	70.º n.º 1 e 2	79.º n.º 1 e 3	76.º n.º 1 e 3	80.º	100.º
Admissão a votar de eleitor não inscrito nos cadernos eleitorais	75.º	83.º	85.º	89.º	99.º
Descarga em eleitor que não votou	146.º n.º 1	158.º n.º 1	152.º n.º 1	157.º n.º 1	192.º
Admissão da entrada de eleitores para votar na assembleia/secção de voto após o encerramento da votação	80.º n.º 1	89.º n.º 2 e 3	91.º n.º 2	96.º	110.º n.º 2 e 3
<b>Propaganda</b>					
Propaganda política/eletoral na assembleia/secção de voto ou fora dela até à distância prevista na lei	83.º	92.º	94.º	99.º	123.º n.º 1
<b>Legislação aplicável</b>					
Lei Eleitoral do Presidente da República - Decreto-Lei n.º 319-A/78, de 3 de maio					
Lei Eleitoral da Assembleia da República - Lei n.º 14/79, de 16 de maio (aplicável subsidiariamente à eleição dos deputados ao Parlamento Europeu, por força do disposto no 1.º da Lei n.º 14/87, de 29 de abril)					
Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto					
Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira - Lei Orgânica n.º 1/2008, de 13 de fevereiro					
Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais - Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto					

**O SEU VOTO FAZ A DIFERENÇA!**



## 12. Contactos da comissão nacional de eleições



› TELEFONE: **213 923 800**

› FAX: **213 953 543**

› CORREIO ELETRÓNICO: **CNE@CNE.PT**

